

CORREIO DE CAMPINAS

Álvaro Jr./ Câmara Municipal de Campinas



Reunião também discutirá questão dos trabalhadores

Câmara debate andamento da transição do transporte I

A Frente Parlamentar de Acompanhamento da Licitação do Transporte Público Municipal realizará uma reunião na segunda-feira (6) às 13h para discutir os principais pontos relacionados ao processo licitatório em andamento e à transição do sistema de transporte na cidade. Foram convidados representantes das empresas vencedoras da licitação, das montadoras de veículos e das secretarias envolvidas. Entre os temas, a atualização do andamento do processo na Secretaria de Administração, com foco na análise da documentação das empresas vencedoras, no cumprimento das exigências legais e nos prazos previstos para a conclusão das etapas à efetivação dos contratos.

Transição do transporte II

"A reunião também abordará a situação dos trabalhadores que atualmente atuam no transporte público, especialmente motoristas e demais colaboradores, debatendo alternativas para garantir a continuidade dos empregos e a preservação de direitos durante o período de transição", informa o vereador Rodrigo Farmadic (União Brasil-SP), presidente da Frente Parlamentar. Ainda na pauta, será discutida uma audiência com os consórcios vencedores.

Câmara Municipal de Campinas



"Problema exige atenção imediata", ressalta vereadora

Combate ao Bullying I

A Frente Parlamentar de Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes da Câmara realizará das 09h30 às 12h da terça-feira (7), Dia Nacional de Combate ao Bullying, uma reunião para debater o tema. "A iniciativa reforça a necessidade de união entre poder público, instituições e comunidade para enfrentar um problema que exige atenção imediata", ressalta a vereadora Debora Palermo (PL-SP), presidente do colegiado. O encontro é aberto ao público e realizado no plenário da Casa.

Combate ao Bullying II

A reunião contará com a participação da especialista Myrian Arndt, da ONG "O Bullying NÃO tem Graça", além de educadores, dirigentes de ensino, escolas, estudantes, profissionais da área e representantes da rede pública e privada de ensino. "O tema tem ganhado cada vez mais relevância, uma vez que impacta diretamente a saúde emocional" complementa a vereadora.

Fisiologismo I

A instabilidade administrativa gerada pela movimentação de secretários e de parlamentares em anos eleitorais é um desserviço à população que depende da continuidade das políticas públicas. A troca de cadeiras ignora o planejamento técnico e subordina a gestão da cidade ao calendário das urnas.

Fisiologismo II

A substituição de Cirilo por Magoga na Secretaria de Habitação ilustra a rotatividade de cargos em setor estratégico da administração pública. A mudança ocorre em pasta considerada fundamental diante do déficit habitacional e da demanda de famílias que aguardam o acesso ao item básico da moradia.

Fisiologismo III

No Legislativo, especificamente, o cenário distorce a produtividade parlamentar e compromete a qualidade do debate público. Vereadores que tentam apresentar propostas relevantes têm que fazer das tripas coração para tentar emplacar os projetos, que são de interesse público.

Fisiologismo IV

Isso porque boa parte dos parlamentares foca exclusivamente nas articulações eleitoreiras, deixando de lado a fiscalização do Poder Executivo e as propostas dos pares feitas em benefício da população. A cidade acaba sendo governada por conveniências partidárias, que substituem a eficiência e o compromisso real com o povo.

Fisiologismo V

A continuidade administrativa desaparece cada vez que um novo arranjo de conveniência é selado nos gabinetes. Políticas de longo prazo que exigiriam maturação técnica e estabilidade são abortadas em favor de vitrines imediatistas ou para acomodar aliados em cargos estratégicos.

Fisiologismo V

O cidadão observa a degradação política enquanto a máquina estatal consome recursos para sustentar a própria ineficiência. Não há compromisso social ou com a eficiência dos gastos. A governabilidade torna-se um fim em si mesma, uma moeda de troca que esvazia o sentido da representação democrática.



Permissionários chegaram a protestar até na Câmara

Prefeitura criará grupo para questão das bancas

Prefeito suspendeu remoção imediata dos equipamentos

Da Redação

Um grupo de trabalho será criado pela Prefeitura para definir critérios técnicos para comprimir as diretrizes do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc) em relação às bancas no Centro. A decisão foi tomada pela Coordenadoria do Patrimônio, vinculada à Secretaria de Cultura, após solicitação do prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP), que suspendeu a remoção dos equipamentos. A secretaria e a Setec (autarquia responsável pelo solo público de Campinas) conduzirão a formação da equipe, "que terá a finalidade de detalhar as diretrizes urbanísticas aplicáveis às áreas tombadas e seus entornos, buscando uniformizar o entendimento sobre as exigências legais, além de estabelecer critérios técnicos para a ação", informa a Prefeitura. "A decisão será levada à próxima reunião do Condepacc para ciência do conselho. Também ficou estabelecido a abertura de um diálogo permanente com os permissionários antes de uma nova decisão", acrescenta.

Com a suspensão, deixa de valer o prazo anteriormente estabelecido pela Setec para apresentação de um plano, que seria apresentado aos permissionários até 13 de abril.

Pressão popular

Um abaixo-assinado virtual, com mais de 2,2 mil assinaturas,

foi realizado pelo movimento de resistência contra a decisão de remover as 52 bancas do Centro histórico. A mobilização, iniciada por permissionários e moradores, foi feita contra a desocupação de espaços tradicionais sob o argumento de preservação do patrimônio arquitetônico e urbano.

A polêmica atingiu o plenário da Câmara, onde os 33 vereadores manifestaram forte oposição à medida. Parlamentares de diferentes espectros políticos criticaram a falta de diálogo e o impacto social da decisão, ressaltando que muitos comerciantes investiram recentemente em melhorias nas estruturas com autorização do próprio poder público. O argumento central dos críticos é que as bancas, algumas operando há mais de 75 anos no mesmo local, constituem patrimônio imaterial e são o sustento dos trabalhadores.

Favoráveis à retirada

Por outro lado, um grupo de entidades de classe, incluindo a Associação Comercial e Industrial de Campinas (Acic) e o Sindivarejista, manifestou apoio oficial à deliberação do Condepacc. Em moção conjunta, as instituições defenderam que a retirada é necessária para valorizar a identidade histórica da cidade e promover um desenvolvimento urbano sustentável.